



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

MATHEUS SILVA DE LIMA

**ADEQUAÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS INSTITUCIONAIS: os museus
universitários pernambucanos frente às exigências do TCU e das
políticas federais**

RECIFE

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA BACHARELADO
EM MUSEOLOGIA**

MATHEUS SILVA DE LIMA

**ADEQUAÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS INSTITUCIONAIS: os museus
universitários pernambucanos frente às exigências do TCU e das
políticas federais**

TCC apresentado ao Curso de Museologia da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Museologia.

Orientador: Prof^a. Dra. Manoela Edna Lima

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

SILVA DE LIMA, MATHEUS .

ADEQUAÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS INSTITUCIONAIS: os museus universitários pernambucanos frente às exigências do TCU e das políticas federais / MATHEUS SILVA DE LIMA. - Recife, 2025.

68 : il.

Orientador(a): MANOELA EDNA DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2025.

8.5.

1. museus universitários. 2. Patrimônio cultural de Ciência e Tecnologia. 3. gestão museológica. 4. políticas públicas. 5. Acórdão TCU 1243/2019. I. EDNA DE LIMA, MANOELA. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

MATHEUS SILVA DE LIMA

**ADEQUAÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS INSTITUCIONAIS: os museus
universitários pernambucanos frente às exigências do TCU e das
políticas federais**

TCC apresentado ao Curso de Museologia da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Museologia.

Orientador: Prof^a. Dra. Manoela Edna Lima

Aprovado em: 14.08.2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Manoela Edna Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Bruno Melo de Araújo
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu força e oportunidade para continuar sempre, sem Ele eu não seria nada. Agradeço a minha família principalmente minha noiva Maria Eduarda que me deu o suporte emocional e incentivo necessário durante todo este período trabalhoso, como também meus pais que sempre me incentivaram e me deram condições de estar nessa caminhada acadêmica, em especial meu pai José Bonifácio, que sempre me mostrou a beleza da história e que a busca por conhecimento nos ajuda a nos moldar e a nos levar a lugares almejados. Agradeço também ao professor Bruno Melo de Araújo, que desde o início do curso me auxiliou em diversas atividades, orientações, estágio e projeto de pesquisa, sendo este último o que deu origem a este trabalho de conclusão do curso, como também agradeço a professora Manoela Edna de Lima, minha orientadora, que com muita dedicação me guiou com uma orientação exemplar. Agradeço também a Universidade Federal de Pernambuco e aos outros docentes do curso pela oportunidade de aprender com eles e de apresentar este trabalho para minha formação. Também agradeço aos amigos que fiz durante esses anos de curso e que me ajudaram bastante, como Marcílio Nóbrega, Juane Braúna e outros que também me ajudaram neste processo de amadurecimento e crescimento até a chegada desse momento de conclusão, agradeço a todos, muito obrigado!

“Se consegui enxergar longe é porque procurei olhar acima
dos ombros dos gigantes.”
(Isaac Newton, trecho da carta para Robert Hooke, 1676).

RESUMO

A importância do patrimônio cultural, científico e tecnológico é evidenciada pelo papel dos museus universitários. Tais instituições concentram acervos que se conectam diretamente com o tripé universitário — ensino, pesquisa e extensão — e, por isso, sua devida conservação e gestão são essenciais. A partir disso, nesse trabalho é traçada a trajetória do desenvolvimento dos museus e suas nuances, alcançando a realidade de consolidação dos museus universitários de C&T no contexto brasileiro e, mais precisamente, pernambucano. Com o entendimento das dificuldades e complexidades que envolvem a conservação de um patrimônio tão expressivo e de tipologias diversas, é abordada a política pública para auxílio de museus que abrigam os tipos de acervo supracitados, que no caso, vem tendo sua necessidade de aplicação salientada através do Acórdão 1243/2019 do TCU, que em sua produção levantou dados de análises de diversas instituições do campo federal, também possibilitando a busca por possíveis fomentos para melhoria da gestão patrimonial das instituições universitárias que se mostraram nessa defasagem, como aponta o levantamento. Através então de uma pesquisa montada sobre alguns detalhes da gestão dos museus universitários no estado de PE. A partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), se obteve, através de estudo de caso, o entendimento sobre a falta de investimento nas diversas instituições. Assim, esse trabalho visa elucidar essas discussões, para auxílio na estratégia de gestão patrimonial dos museus universitários principalmente do Estado de PE.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia; Acórdão 1243/2019 do TCU; museus universitários; Gestão museológica, políticas públicas.

ABSTRACT

The importance of cultural, scientific, and technological heritage is highlighted by the role of university museums. These institutions house collections that are directly linked to the three pillars of universities—teaching, research, and outreach—making their proper conservation and management essential. Based on this, this study traces the trajectory of museum development and its nuances, reaching the reality of the consolidation of Science and Technology (S&T) university museums in the Brazilian context, more specifically in Pernambuco. Recognizing the difficulties and complexities involved in preserving such significant and diverse heritage, the study examines public policies aimed at supporting museums that house these types of collections. The need for such policies has been emphasized by Ruling No. 1243/2019 of the Brazilian Federal Court of Accounts, which, in its analysis, gathered data from various federal institutions and also facilitated the search for potential funding to improve the heritage management of university institutions that were found to be lacking, as indicated by the survey. Through research focused on certain aspects of university museum management in the state of Pernambuco (PE), and using a case study conducted under the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC), it became clear that there is a lack of investment in these institutions. Thus, this study aims to elucidate these discussions to assist in the development of heritage management strategies for university museums, particularly those in the state of Pernambuco.

Keywords: Science and Technology; Brazilian Federal Court of Accounts ruling no. 1243/2019; university museums; museum management; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Cadeia elíptica da musealização

Imagem 2 – Exemplo de Projeto de expografia

Imagem 3 – Higrômetro registrador de Jules Richard

Imagem 4 – Máquina eletrostática de Wimshurst

Imagem 5 – Aparelho de eletroforese

Imagem 6 – Astrolábio Náutico(réplica)

Imagem 7 – Museu de Zoologia USP

Imagem 8 – Museu de Zoologia USP

Imagem 9 – Museu de Arqueologia da UNICAP

Imagem 10 – Museu de Arqueologia da UNICAP

Imagem 11 – Círculo Repetidor

Imagem 12 – Centro Cultural Benfica

Imagem 13 – Museu de Minerais e rochas

Imagem 14 – Faculdade de Direito do Recife

Imagem 15 – Memorial da Medicina

Imagem 16 – CEMAFAUNA

Imagem 17 - Museu de Arqueologia da Unicap

Imagem 18 – Registros 1

Imagem 19 – Painel analítico 1

Imagem 20 – Registros 2

Imagem 21 – Registros 3

Imagem 22 – Painel Analítico 2

Imagem 23 – Ficha primeira parte

Imagem 24 – Ficha segunda parte

Imagem 25 – Ficha terceira parte

LISTA DE ABREVIações

Ciência e Tecnologia	C&T
Centro Acadêmico de Vitória	CAV
Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga	CEMAFAUNA
Espaço de Arte, Ciência e Cultura	EACC
Faculdade de Direito do Recife	FDR
Instituto Brasileiro de Museus	IBRAM
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST
Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação	MCTI
Museu Didático de Minerais e Rochas	MDMR
Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia	PCC&T
Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários	RBCMU

Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto	SecexEducação
Tribunal de Contas da União	TCU
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
Universidade Rural de Pernambuco	UFRPE
University Museums and Collections	UMAC
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
Universidade de Pernambuco	UPE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPÍTULO I: Identificação de padrões para o desenvolvimento do museu, o Patrimônio de Ciência e Tecnologia (C&T) e sua importância em instituições federais	15
2.1. O museu, o desenvolvimento de sua trajetória e sua estruturação	15
2.2. Os Museus Universitários de Ciência Tecnologia.....	23
2. CAPÍTULO II: Políticas públicas no auxílio da Gestão dos museus universitários.....	36
4. CAPÍTULO III: Levantamento sobre museus universitários no estado de Pernambuco e alguns aspectos de sua gestão.....	44
4.1. Instituições federais listadas	44
4.2. Dados sobre os levantamentos e gestão.....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6. REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

A princípio, a vivência com a Museologia e a atuação na área trouxe uma visão sobre a realidade dos Museus, mostrando os vários caminhos complexos que tal área possui em diversas camadas, seja na plena aplicação dos métodos para conservação e exposição ideal, que em grande parte são muito custosos, como também no momento de contato com diversos agentes sociais que compõe a diversidade inerente na paisagem do Museu, tornando a sua composição multifacetada e profunda. Dessa forma, se torna enriquecedor e altamente proveitoso todo o ensinamento e vivência nessas instituições tão heterogêneas.

Dentre esses fatores, a busca pelo tema desta pesquisa se dá através do ingresso em um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que possuía o título de **“A GESTÃO DOS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS EM PERNAMBUCO: Fundamentos e estratégias”**, do qual investigava os Museus do ambiente universitário no estado, na busca de sustentar e promover o fomento nessas instituições. Esse direcionamento continua presente no eixo deste trabalho, pois a busca e ênfase nessa questão, vem no sentido de fortalecer de maneira institucional as estruturas museais e seus acervos para solidificação de uma memória histórico-científica.

Dessa forma o PIBIC citado, ajudou na busca pelo tema, pois a gestão desses espaços por muitas vezes não é embasada, tão pouco planejada, podendo com isso trazer danos e perigos aos acervos e até aos profissionais que trabalham nessas instituições sem a devida *expertise*, necessária para gerir este tipo de espaço. Sendo assim, esse tema vem de maneira bem orgânica e direta, para que haja um aprofundamento em tal debate, trazendo diversos pontos para devida investigação.

De início, o trabalho busca entender nesse primeiro momento o que seria a instituição Museu. Desta maneira, o nome da primeira parte é a **“Identificação de padrões para o desenvolvimento do Museu, o Patrimônio de Ciência e Tecnologia (C&T) e sua importância em instituições federais”**. Assim, esse capítulo para além de citar toda trajetória e desenvolvimento dos Museus e sua estrutura em eterna transformação, desenvolve também o conceito de patrimônio de ciências e tecnologia, salienta sua importância e sua presença numerosa nas instituições universitárias.

Deve-se compreender o Museu, que embora possua planos e estratégias de administração e gestão, não possui finalidade comercial ou empresarial sendo por tanto sem fins lucrativos, que visa apenas atividades museológicas com o objetivo de preservação, estudo e pesquisa. De tal forma, entendemos o Museu universitário em sua importância, que para além de ser basilar para estudos de discentes e docentes de diversas áreas do conhecimento, salvaguardam e divulgam acervos de Patrimônio Cultural, Científico e Tecnológico (“PCC&T”, sendo essa uma das siglas que representam esse tipo de acervo), para gerações futuras.

Na questão da gestão e processos legais, encontramos no segundo capítulo a abordagem das políticas públicas, assim o título, **“Políticas públicas no auxílio da Gestão dos Museus universitários”** vem a denotar o desenvolvimento de pontos importantes abordados sobre estas ferramentas legais da área política. Com isso, o trabalho aponta o levantamento, com um documento ligado à área do direito administrativo que têm relação com os bens móveis públicos e com a área específica de Museus e patrimônio cultural. O Acórdão nº 1.243/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU), seria então, uma das principais estratégias apontadas, advinda da Secretaria de Controle Externo da Educação da Cultura e do Desporto (SecexEducação), havendo com isso uma abrangência de melhorias no trato para com o acervo, na gestão documental e de risco, dentre outros fatores que são

essenciais para salvaguarda do patrimônio de C&T nos Museus universitários.

Sem o fomento ideal, porém com resiliência, esses Museus universitários são sustentados pela lógica da tríade “pesquisa, ensino e extensão”, que justifica as suas existências. Diante disso, o trabalho buscou analisar os Museus universitários do Estado de PE, listados e catalogados e até definidos dessa maneira, ou seja, que possui até então a nomeação de Museu. Foram, através disso, realizadas pesquisas em fontes que descrevem sobre a legislação relacionada ao tema.

Foram também identificados e analisados, através de metodologias museológicas, alguns detalhes nas formas, por vezes defasadas, da gestão dos Museus universitários existentes nas Universidades federais em Pernambuco. Assim o título, **“Levantamento sobre Museus universitários no estado de PE e alguns aspectos de sua gestão.”**, parte de análises utilizando sites, de órgãos relacionados à elucidação do processo de gestão de Museus, além de registros e cadastros oficiais que em um primeiro momento da pesquisa deu origem a este TCC. Assim, entrando em contato com instituições museais universitárias, visou embasar a necessidade de maiores investimentos para essas instituições.

Podemos, definir neste trabalho, através de uma análise de problema de pesquisa, uma busca de adequação estrutural desses Museus, tendo um melhor trato com algo de valor inestimável que são os acervos de C&T e as instituições que os abrigam, como também será abordado a origem do que hoje chamamos de Museu, quando ainda não possuía tal nomenclatura e definição etimológica, sendo a princípio de função basicamente religiosa e filosófica em quanto Templo (*Museion*) na Grécia antiga, ou posteriormente, no resto da Europa como um local de colecionismo, curiosidade e domínio, um local que ainda formulava sua existência nos moldes atuais, dessa maneira, podemos abordar a seguir as trajetórias do Museu até sua terminologia ser melhor definida.

2. CAPÍTULO 1 – Identificação de padrões para o desenvolvimento do Museu, o Patrimônio de Ciência e Tecnologia (C&T) e sua importância em instituições federais

2.1 O Museu, o desenvolvimento de sua trajetória e sua estruturação

Através de estudos sobre a área patrimonial, desenvolveu-se a definição para instituições que possuem a nomenclatura de Museu, sendo locais onde se encontra parte do cerne de determinados temas que através da missão, objetivo e visão desenvolvem o seu trabalho de conservação e exposição. Ou seja, em sua idealização é o local de conservação, salvaguarda, pesquisa e divulgação para acervos de bem patrimonial, cultural e científico que, em sua grande maioria, é tombado e pertencente à sociedade do país e por muitas vezes pertencente ao mundo quando patrimônio mundial.

O Museu originalmente, na antiguidade, conhecido como local de templo e morada das musas, aquelas que na Grécia antiga, representavam as boas dádivas, conhecimentos e artes (SCHEINER, 1999, p.147), ainda hoje é um espaço onde o saber sobre diversos temas, de acordo com a sua tipologia, deve ser perpetuado. Para isso, adapta a sua comunicação ao tempo e às localidades onde se encontra, tornando-se multifacetado e sujeito a mudanças e novas percepções (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011 p.40 - 42), como aponta a nova Museologia. Com a ampliação do entendimento sobre a noção de patrimônio, devemos compreender a partir do que vemos definido por pesquisadores que:

O patrimônio cultural de um país inclui todos os bens que possuem valores culturais (estético, artístico, científico, arquitetônico, histórico etc.) para a sua sociedade. Eles são assim separados para serem protegidos, de forma que as gerações futuras possam desfrutar dos mesmos... (ARAÚJO; RIBEIRO, 2015, p. 7)

Antes devemos entender porém os caminhos e construções que levaram a realidade hoje dos Museus que como dito anteriormente, seriam locais que divulgam o conhecimento científico através de recortes,

com assuntos atuais ou com amostras do passado. O Museu, é também utilizado como local de pesquisa e preservação de espécies, tendo o conhecimento das mais variadas tipologias que os Museus possuem, indo de coleções de objetos diversos, como também coleções biológicas (RANGEL, 2013, p.410), que auxiliam na preservação e pesquisa para proteção de espécies de animais, combate a doenças, desenvolvimento de vacinas e outros diversos campos do conhecimento e de retorno a sociedade de maneira geral.

É entendido que antes dessa condição, o Museu se origina de um campo mais particular e de domínio de uma elite detentora do poder em sua época, no caso os antigos nobres, que montavam o que era conhecido como “câmara das maravilhas” ou “gabinetes de curiosidades”, termos que em sua essência, estavam mais relacionados com o exotismo para enaltecimento do seu tutor do que para uma real divulgação científica, mesmo que muito do material dessa época fosse recolhido para estudos e reais intenções de entender o mundo. (RANGEL, 2013, p. 409)

Os gabinetes de curiosidades, que seriam, como definido por Rangel, como os “protomuseus”, que possuíam suas divisões e maneiras de separar de modo classificativo os objetos de seus acervos (RANGEL, 2013, p. 410). Dessa forma, as mais variadas tipologias de Museu já viriam se desenvolvendo durante a história, tendo em vista, que os gabinetes de curiosidades, nada mais eram do que coleções principescas, ou seja, coleções de peças que seriam expostas para côrte, sendo tais peças oriundas de suas prospecções, invasões e colonizações, tratando tudo com muito exotismo e fantasias exageradas, entendendo que mesmo a ciência, que para alguns já era uma realidade bem desenvolvida, para a maioria das pessoas, principalmente ligadas às classes mais baixas, ainda existisse o flerte com o exótico, magia e “coisas ocultas” algo que a ciência desmistifica com o passar dos séculos (RANGEL, 2013, p. 410).

Assim, tais artefatos seriam selecionados por seu histórico antigo, preciosidade, variedade de espécies e viés artístico, sendo classificados em:

artificialia (artefatos produzidos pelo homem), naturalia (manifestações de fauna, flora e minerais), scientifica (instrumentos para o estudo do mundo e do universo), memorabilia (coisas dignas de serem lembradas), mirabilia (coisas admiráveis, maravilhas que devem ser olhadas) e exótica (objectos vindos ou produzidos em terras e civilizações longínquas) (RANGEL, 2013 p. 410).

Através disso, essas classificações em Gabinetes já aconteciam em diversas camadas. A partir desses estudos, acontece começo da classificação sistemática das espécies, o que foi fundamental para o desenvolvimento da biologia e das coleções biológicas, sendo tal classificação desenvolvida pelo médico e botânico pesquisador Carolus Linnaeus, que seria também o primeiro a utilizar o termo museografia (RANGEL, 2013, p.410), que a princípio seria a maneira de estruturar as coleções e exposições nesses gabinetes, que virão a desenvolver o conhecimento sobre a expografia.

Portanto, tais pesquisas e intenções de guardar objetos de estudo, no caso o colecionismo, se torna algo como “fetichismo”, pois tal prática é propagada pelas elites europeias, como também pelos pesquisadores naturalistas. Com isso, temos esses “protomuseus” com a mentalidade da preservação, sendo os Museus atuais voltados para um viés muito mais combativo ao pensamento colonial. Consequentemente, após o séc. XVII, no caso durante os séc. XVIII - XIX, existe o caminho das grandes revoluções, inclusive da revolução industrial acontecendo nos países potencia na Europa, com isso também o expansionismo do mercantilismo (pré capitalismo) que já tomava sua forma mais polida, o Capitalismo industrial, o que também impulsiona o pensamento nacionalista e expansionista, sendo nessa ótica, do séc. XVIII, que começa a se estruturar o Museu clássico como descrito por Scheiner, de maneira tradicionalista, focada na ideia de acúmulo de objetos e elitismo burguês (SCHEINER, 1999, p. 146 - 148).

Segundo Kurry e Camenietzki, citados por Rangel em seu artigo, temos a estruturação da busca científica, que substitui a curiosidade simples e tradicional a partir da estruturação sistemática, catalográfica e ordenante sobre o estatuto do acervo de História natural que ajuda na substituição dos mostruários particulares por Gabinetes e Jardins de história natural, buscando então esse conhecimento científico mais pragmático em detrimento ao puro exotismo e curiosidades sobre esses objetos, ainda focados na materialidade.

Com essa mentalidade, através também das expansões coloniais, como dito por Schwarcz, citada também no artigo de Rangel, o mesmo explica a busca por essa materialidade. Chegando ao Brasil, que para os pesquisadores era uma fonte de riqueza de objetos, seja de fabricação humana ou de ordem natural, fica claro que a norma era “salvar tudo o que puder” antes de um suposto desaparecimento de culturas recém descobertas e objetos relacionados a elas, como também de espécies vivas que fossem endêmicas do Brasil (SCHWARCZ, 1993, *apud*. RANGEL, 2013, p.410).

Já no Século XIX, com a chegada da família portuguesa ao Brasil em 1808, temos a construção do Museu Nacional (1818), a partir do conceito de Museu Tradicional exportado pela Europa como define a visão clássica dos Museus (SCHEINER, 1999, p.147), que ainda em funcionamento atual, abriga uma vasta coleção que pertenceu ao D. João VI e que com o tempo ganhando ainda mais objetos, se torna junto com o Emílio Goeldi (1866) no Pará, o começo das construções dos Museus no país, sendo o incentivo para posteriormente surgir os Museus universitários que ocorrem principalmente no século XX, quando há um acúmulo de peças e objetos oriundos de estudos, sendo o ideal e natural a construção de instituições museais para salvaguarda e pesquisa destes acervos.

Hoje, por tanto, temos estes Museus abrigando as mais variadas tipologias de objetos no intuito de não apenas pesquisar, mas divulgar ciência para o público em geral. O Museu em universidades, nesse

sentido, seria usado como ferramenta educacional de alto valor para divulgação e também, visando formação de profissionais e pesquisadores de diversas áreas. Porém, entendendo que com o enfoque mais tecnicista do que filosófico, se pode perder a essência da nomenclatura a qual foi atribuído, no caso não possuindo todas as características que definem um Museu.

Sendo assim, após compreendermos um pouco da trajetória dos Museus, devemos compreender também a sua estruturação que com o passar dos anos, sofre diversas mudanças no seu desenvolvimento e solidificação institucional. Portanto, entendemos a partir do que vem sendo estudado, teorizado e aplicado, que o Museu é o local onde os pesquisadores e visitantes em geral, buscam a compreensão e contemplação muitas vezes através da materialidade, como descreve Scheiner(1999), sendo entendido hoje, que um bem patrimonial também pode possuir a natureza imaterial quando se trata do campo cultural.

Além disso, também é preciso entender que indo para o campo da Museologia a priori, existe o tratamento da relação do indivíduo com sua realidade, existindo o processo da “*musealia*, musealidade e musealização” sendo estes os conceitos-chave sobre o entendimento de valoração do acervo e desenvolvimento da reflexão sobre o objeto de estudo da Museologia (BRULON SOARES, 2018, p.190 - 192).

No caso para Brulon, falando dessa intersecção entre o campo cultural e museológico, deve existir uma visão decolonial e crítica sobre o Museu, o que difere ou pluraliza os caminhos museais que hoje se diversificam, assim também, desenvolvendo conceitos que devem compor o espaço museal e sua paisagem com a visão mais crítico-social (BRULON SOARES, 2017, p.65 - 67).

Pois nesse caso, o Museu vai além das pesquisas, sendo também o local onde deve ocorrer a interação entre público e objeto, sendo objeto material ou imaterial, que possua valoração, significação e conhecimento a ser divulgado, para que exista apropriação do espaço

por parte da sociedade e até comunidades específicas, inclusive de classes sociais diversas que podem utilizar de discursos contra o domínio cultural hegemônico, ou situações afins, assim ampliando o espaço museal como também espaço político de discussão.

Mas, focando sobre a busca por essas relações do espaço do visitante com o objeto e no desenvolvimento dos Museus como esses locais que abrigam diversos saberes e acervos que conduzem essas reflexões, pesquisas, experiências, fatos históricos, dentre outros, existe, nesse ponto, o desenvolvimento do foco da ciência museológica, que nesse sentido como um ramo científico, teria o objeto principal o estudo sobre a *musealia*.

Segundo Stránsky (*apud* BRULON SOARES; BARAÇAL, 2017, p. 60 - 65, p. 299), que é um teórico da Museologia, referenciado e estudado por diversos outros autores a partir da segunda metade do século XX, contribuindo para compreensão do objeto de estudo da Museologia e sua definição ocupando um lugar nas Ciências Humanas, a estruturação desse conceito envolve a interação do indivíduo e objeto. A partir dessa interação, os objetos passam por ressignificações na transição para musealidade, sendo o museólogo não aquele que aponta valores para os objetos, mas sim, aquele que estuda esse processo de valorização que os objetos adquirem e o porquê de receberem tal valorização, se tornando então *musealias* (BRULON SOARES, 2018, p. 193 - 195).

Dentro desse processo, há também um aprofundamento de questões desses objetos valorados, sendo assim uma metodologia axiológica como também estrutura Stránsky. A partir do que diz Stránsky sobre a Museologia, Brulon cita diretamente em sua análise:

...o objeto da Museologia deve ser, assim, centrado naquilo que motiva a musealização, naquilo que condiciona a musealidade e a não-musealidade das coisas (STRÁNSKÝ, 1995, p.19, *apud*. BRULON SOARES, 2018, p.195).

A musealização dos objetos, juntamente a todos os processos museológicos ligados a todas as etapas necessárias para salvaguarda e aquisição de um acervo, como também sua classificação como acervo museológico, são definidos em grau de importância para estruturação de uma instituição que se intitule Museu, pois sem esses princípios o termo se tornaria bastante banal e vazio em sua semântica. Essa importância e ênfase nessas terminologias, são dadas pelo fato que será melhor abordado mais à frente neste trabalho sobre a manutenção e políticas de preservação em acervos universitários. Sendo assim, temos como processos da musealidade segundo Brulon:

Imagem 1: Cadeia elíptica da musealização resultando na produção contínua de musealidade.



Fonte: Figura ilustrativa do Artigo “Passagens da Museologia: a musealização como caminho” de Bruno Brulon Soares.

Esse processo cíclico, ajuda no desenvolvimento da estrutura interna do funcionamento do Museu, sendo necessário sempre a busca pela experiência reflexiva, apontamentos recente, possíveis reformulações e outros diversos recursos, para que o recorte apresentado no final dessa cadeia, resulte na musealidade, sendo uma experiência sentida nesse caso de maneira integral pelo visitante causando nele um ponto para reflexão, compreensão e absorção de informações, o que também resulta na comunicação museal bem sucedida principalmente na parte educacional.

Imagem 2: Exemplo de exposição/ Exposição “BOTY 2017”



Fonte/Foto: Ilya Ivanov

Esse exemplo, na segunda imagem, seria o resultado de uma exposição montada a partir do conceito das etapas para definição da musealidade, representado no esquema.

Assim, deve ficar claro, seguindo a ordem de desenvolvimento das instituições museais nesse breve caminho histórico abordado sobre seu desenvolvimento, como também seguindo esses conceitos desenvolvidos pelos autores citados para definição de Museu, musealidade e Museologia, que a instituição museológica, depois de um caminho plural, por qual transpassa por diversas camadas sociais, é hoje definido como o local de divulgação científica e salvaguarda de objetos ou imaterialidades(no caso processos culturais e conceitos), valorizados e aos quais, se atribuem valor cultural, científico e histórico, que tragam discussões e reflexões, possuindo certas características para sua formulação e fundamentação, sendo essa abrangência estudada pelo campo científico da Museologia, então o museólogo se torna o agente da conservação, preservação e propagação do saber museológico, dentre outras funções nesse meio museal. A partir disso, também podemos entender a relevância dos Museus universitários e sua devida estruturação.

2.2 Os Museus Universitários de Ciência e Tecnologia

Dado esses conceitos sobre Museu e sua trajetória, o foco deste trabalho se dá em Museus universitários de patrimônio cultural, científico e tecnológico, também representado pelas siglas PCC&T, também chamados de Museus de Ciência e tecnologia (C&T), focando na materialidade dos acervos de objetos de extrema importância para o campo das ciências naturais e exatas, que ajuda na formação e fomento de uma memória histórica científica do país, que apenas recentemente teve aumento de sua valorização, buscas e pesquisas para seu levantamento de maneira geral. (ARAÚJO; RIBEIRO (org.), 2015, p.7 - 22).

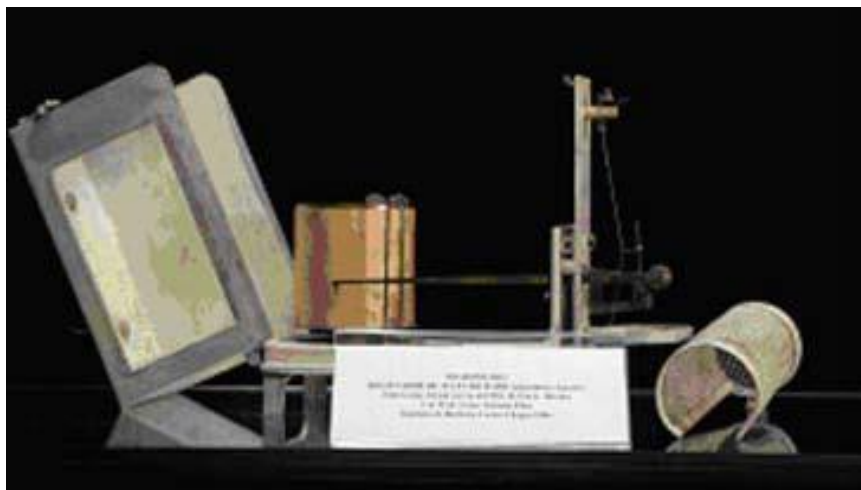
É possível observar que, existe uma alta produção de materialidade e conseqüentemente de acervos de C&T em universidades e outras instituições de nível superior, sendo dessa maneira entendido que a ciência natural, se faz com a presença de diversos materiais e objetos dentro de ambientes variados como laboratórios, atividades em campo e sala de aula. Também se deve concluir, que com o passar dos anos, diversos objetos se tornam obsoletos dado o salto tecnológico que ocorrem a cada ano, fazendo com que a função inicial desses objetos caia em desuso (ARAÚJO, 2019, p.2 - 3), mas, que ganham por outro lado, uma significação e valoração bastante importante para uma construção de uma memória, se transformando simbolicamente em algo representativo, virando então patrimônio científico o que ajuda na formação da identidade científica de uma instituição universitária.

Entretanto, precisamos ter a ciência de que esse tipo de patrimônio de C&T, possui em parte uma parcela de desconhecimento em relação a sua conservação, não só nacionalmente, como no exterior do país (GRANATO; LOURENÇO, 2011, p.88), e que através de estudos como este e com outros levantados anteriormente e os que ainda virão, se vem elucidando o tema, dando a devida visibilidade e importância para este tipo de acervo, que se acumula em diversas instituições do país e

também em outras instituições de temáticas afins.(GRANATO; LOURENÇO, 2011, p.97 - 102)

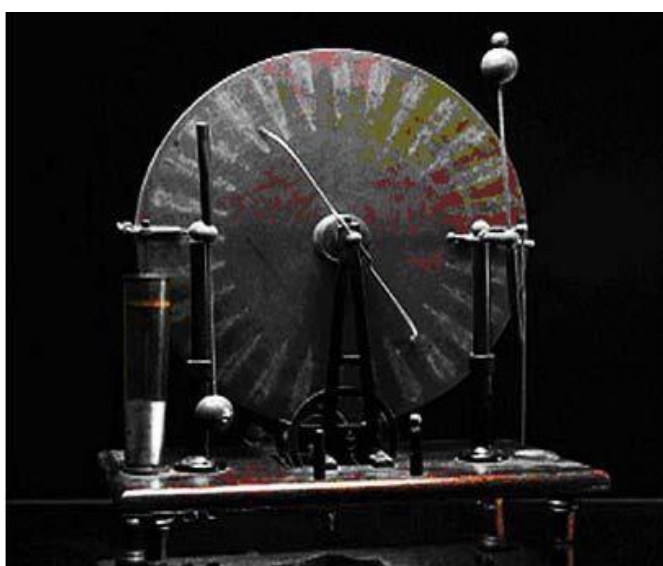
Para melhor representação do assunto abordado, temos exemplos em imagens desses tipos de patrimônio de C&T:

Imagem 3: Higrômetro registrador de Jules Richard, conjunto de objetos de C&T do MCCF-UFRJ, dimensões da peça (14x40x17cm).



Fonte: Soares (2007)

Imagem 4: Máquina eletrostática de Wimshurst, conjunto de objetos de C&T do MCCF-UFRJ, dimensões da peça (10x40x50) cm.



Fonte: Soares (2007).

Imagem 5: Aparelho de eletroforese, conjunto de objetos de C&T do MCCF-UFRJ, dimensões da peça (25x45x50) cm.



Fonte: Soares (2007)

As peças nas fotos acima estão alocadas no Memorial Carlos Chagas Filho, local criado após o falecimento do mesmo nos anos 2000, sendo um local dedicado a sua memória e a trajetória da Biofísica no Brasil, possuindo diversos materiais de C&T dessa tipologia.

Imagem 6: Astrolábio Náutico (réplica) localizada no MAST, peça original pertencente ao Museu Naval (RJ).



Fonte: Bernardo Oliveira (MAST)

Nessa imagem acima, temos o Astrolábio pertencente ao acervo do MAST(Museu de Astronomia e Ciências Afins), fundado em 1985, que possui diversos materiais que contam a história da trajetória científica no país.

Para além dos objetos, que perdem sua utilidade por se tornarem ultrapassados em termos funcionais, seguindo pelo processo da ressignificação, também existem os patrimônios de C&T relacionados a outros processos como objetos recolhidos em atividades camp, que podem ser amostras vegetais, minerais e de animais, como também peças que possuem a junção dos campos naturais, como os fósseis, que são objetos da paleontologia, sendo essa, a ciência que faz intersecção entre a Biologia e a Geologia. Nesse caso, seriam além dos materiais fósseis de diversos tipos, também materiais das ciências humanas e sociais aplicadas como os objetos etnográficos e arqueológicos dentre outros objetos que sejam “testemunho dos processos científicos e desenvolvimentos tecnológicos” (GRANATO, 2009) Como exemplo desses acervos temos:

Imagem 7: Museu de Zoologia USP.



Fonte: Nanda Ferreira.

Imagem 8: Museu de Zoologia USP:



Fonte: Cecília Bastos/USP imagem.

As fotos acima são do Museu de Zoologia da USP, também conhecido como MAZUSP, que foi fundado no final do século XIX, ele era parte do Museu Paulista, ganhando a sua consolidação como museu universitário em 1969. Possuindo um acervo rico em diversas tipologias, desde animais taxidermizados, como também fósseis de animais pré-históricos.

Imagem 9: Museu de Arqueologia da Unicap-PE



Fonte: Diego Nigro/JC Imagem

Imagem 10: Museu de Arqueologia da Unicap-PE



Fonte: Diego Nigro/JC imagem

As fotos acima são exemplos de objetos que se encontram como parte do acervo do Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco, sendo um Museu com acervo diversificado na área da etnografia, arqueologia que data de 2000 anos atrás e paleontologia com animais da megafauna, também encontrados nesta região. Sendo a maioria recolhido através do trabalho no Brejo da Madre de Deus no Sítio Arqueológico Furna do Estrago, trabalho esse liderado pela arqueóloga e professora Jeannette Maria Dias de Lima (1939 - 2002), além de possuir também materiais biológicos.

Seguindo com os exemplos temos o grande Museu de ciência e tecnologia, que seria o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu que foi criado em 8 de março de 1985 no Rio de Janeiro, sendo um dos principais Museus com o foco em patrimônio científico e tecnológico do país, vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Possui um acervo extenso, composto de instrumentos científicos, documentos históricos e equipamentos, muitos deles relacionados à astronomia e ao desenvolvimento de tecnologias científicas no país. O MAST também é atuante na preservação e difusão do patrimônio cultural de C&T por meio de pesquisas e exposições,

sendo uma das instituições mais importantes também em termos de divulgação científica.

O MAST, realizou há um tempo a exposição de “200 anos de ciência e tecnologia no Brasil”, onde expôs objetos de C&T que constituem este processo histórico e de memória científica no país, foram então alguns desses objetos:

Imagem 11: Círculo Repetidor, utilizado para medir ângulos com precisão, exibido na exposição, no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), zona norte da cidade.



Fonte:Tânia Rêgo/Agência Brasil

Através dessas exemplificações, vemos o grau de complexidade e de variações que esse tipo de acervo possui, pois caminha dentre muitos campos e saberes e que se faz necessário, existir um grande grau de multidisciplinaridade, que abranja os profissionais, pesquisadores e cientistas da área de conservação, no caso do campo da Museologia, como também pesquisadores e demais cientistas de outras áreas ligadas as amostras exemplificadas, que percorrem os campos das ciências humanas, naturais, da saúde e exatas. Diante desse fato, observamos as dificuldades que esse tipo de patrimônio traz em termos de desafios para sua conservação, o que é de fato, também sentido por outras instituições museais fora do circuito universitário, que

em tese possuem mais recursos do que instituições universitárias que tenham esse tipo de acervo.

Tendo em vista, que muitos dos Museus universitários reúnem esses objetos de campo e equipamentos obsoletos, acaba se notando um aumento gradativo de objetos nestes Museus, que possuem processos de recebimento de peças, que podem ou não ocorrer, de acordo com um conselho curatorial e administrativo.

De tal modo, vemos que objetos recolhidos em laboratório ou em campo, acabam assim sendo encaminhados em um movimento natural para o acervo, muitas vezes alocados em Museus da universidade e em outros espaços da instituição, possuindo um caráter não museal (ARAÚJO, 2019, p.3), não sendo possível avaliar de maneira concisa, qual objeto ou não é realmente importante para ser mantido em pró de pesquisa, ou divulgação dessas áreas, podendo ter um acúmulo desnecessário ou uma perda muito grande caso também seja descartado sem uma avaliação adequada. Dessa forma, estudos sobre a maneira mais adequada de gerir esses acervos, vem sendo desenvolvidos por pesquisadores da área, como os professores Marcus Granato, Bruno Melo de Araújo e outros.

Porém, mesmo com os estudos e pesquisas sendo produzidos nesse sentido, o patrimônio formado através do acúmulo de acervos científicos em universidades, é bastante expressivo e por muitas vezes mal administrado. Sabemos que muitas coleções se formam com um caráter quase pessoal, com coleções sendo administradas por determinados professores, que sem o conhecimento específico do ato de conservar, e sem *expertise* na área da Museologia e Gestão patrimonial, acabam por gerir a coleção como sendo particular, muitas vezes esquecendo o propósito para qual existe a nomenclatura Museu, se apropriando desse termo e utilizando para nomear um local que possui todo tipo de coleção reunida nele.

Para entendermos, depois de observarmos esses processos ocorridos em Museus na universidade, devemos ressaltar que o Museu Universitário, faz parte da lógica do tripé universitário supracitado, que divulga e preserva uma vastidão de pesquisas e coleções montadas com o decorrer de anos de estudos dos discentes e docentes de diversas áreas do conhecimento, além de ter vários objetos, advindos de pesquisas de campo de diversos pesquisadores, assim, como parte desse tripé, o Museu é uma base para os estudos nessas diversas áreas do conhecimento, para também salvaguardar e divulgar acervos de C&T. (HANDFAS; GRANATO; LOURENÇO, 2016 p. 4 -7). Porém, ao mesmo tempo, parte desse material muito acumulado e mal administrado, acaba por ser perdido ou esquecido em locais inadequados sendo pouco aproveitados.

Levamos em conta, a quantidade de material perdido relacionado a esse tipo de acervo (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p.19 - 20), considerando que esse acúmulo e até o desuso dos objetos vem pela falta do entendimento de memória histórico-científica que está relacionada a estes objetos que mesmo com seu desuso pode adquirir novas funções dentro do processo museológico.

Dessa maneira, também pode ocorrer o caminho contrário do acúmulo, existindo a perda de objetos, que podem ser descartados sem a devida avaliação documental, referente a esses acervos e sua importância, até mesmo para traçar linhas historiográficas das trajetórias de objetos científicos no país que poderiam, através desse conhecimento, montar uma consciência científica mais forte, se apropriando adequadamente desse patrimônio. Isso ajudaria no fortalecimento da divulgação científica. Podemos apontar como exemplo, a importância dada à ciência e tecnologia em diversos países desenvolvidos no mundo, sendo isso um dos pilares que os ajudam a construir uma identidade cultural e seu aumento de capital intelectual, situação essa, que poderia e deveria ser replicada no Brasil.

Dentre os fatos apresentados, podemos entender que as instituições de ensino superior por muitas vezes não possuem e nem seguem a linha museológica (pois não possuem obrigatoriedade), sendo essa atividade própria da Museologia aplicada, de gestão e documentação, mesmo sendo a maneira mais funcional para gerir o patrimônio (RIBEIRO, 2017, p. 2) e para o melhor tratamento das instituições museais dentro das universidades, ou das coleções em espaços que mesmo possuindo uma estrutura como a de um Museu, não seriam reconhecidos como tal.

De fato, por questões de falta de fomento, principalmente capital destinada a essas instituições, ou até mesmo por falta de interesse da instituição de ensino superior, existem falhas nos tratamentos dados às coleções internas das universidades, e aos Museus universitários consolidados, principalmente no sentido da relação que o Museu deve possuir em diversas camadas sociais, ou seja estando em comunicação com a sociedade (BRULON SOARES, 2017, p.66), que diga-se de passagem, é um dos principais pontos que sustentam o motivo para existência de todo Museu.

Devemos também salientar que pela sua finalidade, as universidades não têm como papel principal desenvolver atividades de salvaguarda de acervos e coleções. No entanto, o seu *modus operandi* impõe que professores, técnicos e alunos discutam a sistematização de políticas voltadas para fortalecimento dos Museus nas universidades e ações protetivas para seu patrimônio interno. As atividades de ensino, pesquisa e extensão produzem materialidades e formas de atuar próprias do campo universitário. São produzidas amostras clínicas, moldagens, experimentos das mais variadas naturezas, publicações, equipamentos de aferição, monitoramento e investigação que acabam por se tornar elementos únicos da produção de conhecimento, montando através desse processo natural coleções de ciência e tecnologia.

Assim, se faz necessário também os estudos para compreensão dessas instituições como espaços que podem, ou não, se caracterizarem

Museus, como já foi dito, tendo em vista os vários processos necessários para fundamentação do uso do termo “Museu”, pois em seu escopo, cabe a salvaguarda, pesquisa e divulgação de acervos universitários recolhidos muitas vezes durante esses estudos diversos de várias áreas dentro da universidade, mas que nesse ponto, tais coleções originadas dessas produções, não necessariamente ganham o rótulo de “Museu”, pois também não possuem outros pontos importantes para essa caracterização, como a documentação e até mesmo a gestão museológica, dentre outros fatores. Pois como definido pelo Ibram:

Consideram-se Museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam e comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento (BRASIL, [LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009](#)/IBRAM, 2009).

Sendo desta maneira, inviável a banalização do termo Museu para qualquer tipo de coleção que não possua especificações para se caracterizar Museu, possuindo apenas caráter colecionável e arquivísticos. Porém, dentro de instituições universitárias, dada a sua natureza principalmente quando se trata de instituições federais, deve se ter a consciência patrimonial em coleções existentes na instituição, para que se tenha a responsabilidade sobre os objetos (RIBEIRO, 2017, p. 2), que podem ser negligenciados como dito anteriormente, o que não condiz com a essência das próprias universidades que os abrigam.

Este trabalho, que nasce a partir de um projeto de pesquisa inicialmente, visa nesse sentido, abranger a importância dessa preservação de PCC&T, além de abordar o levantamento e fundamentos para gestão das instituições museais universitárias, também ampliando o entendimento do conceito de Museu que dentre muitos fatores, se torna ambíguo e banalizado. Também, mostrando levantamentos sobre as instituições museais ligadas às universidades, indicando quantas dessas instituições estão cadastradas, além de abordar políticas públicas relacionadas ao fomento dessas instituições. Como exemplo,

ainda do trato para com o patrimônio de C&T, citando a Marta Lourenço quando ela discorre sobre a situação do PCC&T na Europa em “Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade”, Marcus Granato, o autor do texto em conjunto com a mesma já mencionada, salienta que:

...90% do patrimônio da ciência encontra-se em instituições que não possuem nem vocação, nem missão, nem orçamento, nem pessoal qualificado, nem, muitas vezes, sensibilidade para a sua preservação e divulgação. A esmagadora maioria das coleções, bibliotecas, arquivos e espaços edificados de relevância histórico-científica, encontra-se disperso por universidades, politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de investigação, hospitais, sociedades científicas. Este patrimônio, do ponto de vista da tutela, encontra-se órfão, em situação vulnerável, de abandono, sujeito à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável (GRANATO; LOURENÇO, 2011, p.88).

Dentro desse contexto apresentado, semelhantemente ao Brasil nos termos da situação descrita, devemos destacar que instituições museais ou acervos, que estão alocadas em instituições federais de ensino como as universidades no país, devem receber através de políticas públicas o fomento necessário para sua estruturação, isso inicia o assunto que será melhor abordado mais à frente neste trabalho, que irá focar, no aspecto de gestão patrimonial, nesse caso também entrando no campo econômico, apontando que a falta de verba é uma das principais defasagens dessas instituições, que sem os recursos necessários, não conseguem montar um plano museológico sólido ou até mesmo ter no corpo da instituição, funcionários com a *expertise* da área de gestão patrimonial.

Desta maneira, com tantas fragilidades, os Museus universitários se mostram enfraquecidos muitas vezes, se utilizando de diversos recursos baratos a princípio, quando a realidade são os baixos

orçamentos, que podem se tornar custosos a longo prazo, podendo ocorrer má conservação de bens culturais, mal manuseio de peças e falta de uma organização museológica arquivística, que cuide dos detalhes das coleções, que vão de questões basilares como catalogação e situações mais complexas, como gestão de risco ou de segurança, sendo os profissionais da área do campo museológico e patrimonial aqueles que possuem um olhar mais apurado nesse sentido.

Vale evidenciar, que a importância dada à preservação do patrimônio cultural científico e tecnológico no país, vem apenas ganhando mais força a poucos anos (GRANATO; LOURENÇO, 2011, p.90), mesmo possuindo uma grande quantidade desse patrimônio no país, aos poucos, os Museus ganham mais estruturas, mostrando a importância histórico científica nacional, que deve ser um dos principais canais para divulgação e fortalecimento da ciência no país, para que ocorra, como dito anteriormente, a formação de uma noção científica e valorização dos campos da ciência em abrangência nacional. Trazendo dessa maneira a devida visibilidade para o cuidado e preservação cultural e científica, criando a consciência de que a ciência também é cultura e faz parte da construção histórica do país.

Assim, esse capítulo conclui sua explanação sobre a importância da visibilidade e gestão sobre o PCC&T em todo o país, mas, tendo em vista que esse trabalho será focado nas instituições federais principalmente nas instituições do estado de PE, além de elucidar sobre Museu e Museologia e a necessidade de instituições federais, estarem de acordo com esse campo científico para melhor abordagem em suas instituições museais, para melhor trato com o seu acervo de C&T. O próximo capítulo trará um pouco da realidade das políticas públicas, como ferramentas para melhor trato com esse patrimônio.

3. CAPÍTULO 2 – Políticas públicas no auxílio da Gestão dos Museus universitários.

A gestão dos Museus Universitários se torna um desafio para a própria Universidade, pois sua existência é de vital importância para a sequência do plano universitário, que se dá sob a ótica do tripé “ensino-pesquisa-extensão”, com diversos campos de áreas de conhecimento, se utilizando do Museu universitário como principal ferramenta para execução desse plano.

Dentre tudo que foi apresentado, sobre a trajetória dos Museus, fica claro que a manutenção dessas instituições deve ser intensificada, porém, os recursos são depositados em áreas diversas da universidade dentro do plano orçamentário, de fato, áreas também importantes para a subsistência das Universidades. Assim, políticas públicas e ferramentas de fomento disponibilizadas pelo governo, não só podem, como devem ser acionadas por tais instituições, para seu devido fomento no combate às suas deficiências.

No intuito de melhorar a situação dessas instituições museológicas universitárias, vemos as políticas públicas como um meio para este fim, pensando nelas como ferramentas para moldar uma melhor estrutura pública que traga retorno real à sociedade. De tal forma, podemos, para melhor entendimento, definir o conceito de políticas públicas como “um conjunto de decisões públicas que visam manter o equilíbrio social”(SARAIVA, 2006, p. 28). Também é possível entender essas políticas, como meios de estratégias para determinados fins, que tragam o objetivo desejado para os que acordaram, dentro de um contexto de estado democrático de direito.

Se deve também analisar, a definição segundo os dicionários sobre ciência política, para melhor entendimento de como se dar às políticas públicas e suas características. Sendo assim, Saraiva salienta sobre o que descreve o dicionário:

encontram-se os seguintes componentes comuns: a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; b) decisório: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (SARAIVA, 2006, p.31).

O processo de uma política, envolve diversos estágios para que se chegue num comum acordo de aplicabilidade em que seja votada, a partir disso, Thoenig diz: “As políticas públicas estruturam o sistema político, definem e delimitam os espaços, os desafios, os atores” (Thoenig, 1985, *apud*. SARAIVA, 2006, p. 32). Diversos desafios dentro desse processo de democratização devem ser superados, para que haja a ação de fato de uma política pública, assim são formuladas etapas:

A primeira é a preparação da decisão política; a segunda, a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica (SARAIVA, 2006, p.32).

Se deve pensar também na separação dessas etapas, havendo, segundo Saraiva, distinção também na preparação para implementação da política e a execução que seria um ato propriamente político (SARAIVA, 2006, p.32). Nesse sentido, as políticas públicas para o setor museal no Brasil, se estruturaram de forma gradual e lenta a partir do processo de redemocratização. A Política Nacional de Museus consolida-se com o momento de integração de interesses, com isso tendo então a montagem de um Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), um plano estruturado para vingar de 2025-2035, com a participação do IBRAM, criando Eixos e Diretrizes que ajudem em diversos temas a serem tratados no setor museal do país, inclusive o Eixo 4, que enfatiza o lado econômico dos Museus, como fomento aos setores museais e espaços de memória (BRASIL, PNSM, 2025, p.41).

Desta maneira, dado o histórico de desenvolvimento sobre o setor museal, torna-se compreensível e viável a ação do governo com a

continuidade de novas aplicações, inclusive de leis, que tornem a ação de políticas públicas capaz de promover impactos significativos sobre a gestão desses espaços institucionais, abarcando o contexto dos Museus universitários.

A gestão dos Museus universitários se torna um assunto complexo e difícil, como dito anteriormente, pois é algo que vai para além da vontade dos administradores da instituição museal e das universidades, muitas vezes sendo relacionada com o fomento ou a falta dele na realidade dos Museus, tendo em vista os diversos setores dentro da universidade, que precisam de recursos financeiros. Sendo esse assunto, algo que se repete não apenas nas instituições federais universitárias, como também em outras instituições de fora da universidade, dando as devidas proporções.

Também existe, segundo o Plano Nacional de Cultura com a Lei Nº 12.342, Lei sancionada pelo governo federal, o estímulo ao poder público, para produzir meios que auxiliem no alcance dos objetivos do plano (BRASIL, Lei 12.342, Art. 2º e Art. 3º, p.2), dessa maneira ajudando nas produções culturais e em sua ampliação, consequentemente, também visando sua conservação para propagação de cultura, abarcando assim, diversos setores. É atribuído ao ministério público, pela lei sancionada, a responsabilidade da produção de políticas públicas que ajudem na execução desse plano nacional, mostrando uma forte institucionalização protetiva, para que seja viável o fomento para melhor gestão de setores culturais.

Podemos entender que nesse caso, para uma organização administrativa coesa, focando em instituições federais analisadas, existiu o processo para formulação do Acórdão Nº 1243/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata diretamente da análise de risco do patrimônio e possível encaminhamento de verba com aumento orçamentário. Abordando o que Frey diz citando Lowi e a lógica do “Policy Arena”, fica claro que essa ferramenta, deve ser refletida diretamente no impacto que essa política irá causar de retorno à

sociedade (LOWI, 1972, *apud*. FREY, 2000, p.223 - 224). Usar como ferramenta certos recursos públicos é o ideal. Desta forma, foi abordada uma política pública que apenas traria benesses para a sociedade, tendo em vista a importância da conservação dos acervos de ciência e tecnologia que existem nas universidades e em outros locais, também de fora do ambiente universitário.

Se faz necessário políticas públicas dessa natureza, que auxiliem o mantimento dessas instituições, como salientado anteriormente, além disso, tal ato de preservação, manutenção e monitoramento, também contribui com outras áreas que geram economia para o país, como é o caso do setor do turismo, tornando salutar as coalizões e acordos políticos, que entrem em consenso para elaboração de políticas públicas voltadas para esses pontos.

Mesmo que os Museus universitários por muitas vezes foquem em seu caráter colecionista, possuindo um viés bastante voltado para pesquisas, com tudo, não se deve com isso afastar a instituição da imagem de contemplação e divulgação científica mais geral, ainda sendo uma instituição museal. A instituição não pode, nesse caso, perder parte do cerne em sua definição como Museu, ou seja, para que seja Museu, todas as características que definem este termo devem estar em plena aplicabilidade como definido pelo IBRAM(2009), assim como demonstrado no primeiro capítulo através do que diz Brulon, devemos entender o “processo cíclico” da musealidade, sempre tendo esse processo, como o princípio para definição de uma instituição que se intitule Museu.

Dessa forma, a manutenção de uma gestão com recursos para melhor trato com o acervo, auxílio para um melhor ambiente de pesquisa e de comunicação museal, deve ser desenvolvido caso sejam essas as defasagens existentes, ou outras que possam ser identificadas dentro de uma análise técnica, como melhora de equipamentos para uma melhor gestão de riscos, uma melhor estruturação, para devido

acondicionamento do acervo, dentre outros fatores ou situações possíveis, como a falta da divulgação e comunicação museal.

Assim, o levantamento que aconteceu em 2018, feito pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação) traz a origem, em resposta a esse fato, do Acórdão 1243/2019 do TCU, que possui a finalidade de fomentar os Museus para melhor estruturação, caso seja preciso para conservação dos seus bens culturais. Analisa-se o nível de risco que existe a esse patrimônio.

Este levantamento se deu também no período próximo ao evento desastroso que foi o incêndio do Museu Nacional, instituição essa fundada em 1818, que desde então possui um longo histórico de importância no país, sendo a mais antiga instituição museal na nação. Essa tragédia, que foi o incêndio causado por falha no sistema elétrico, embasa ainda mais a pertinência por tal preocupação com a administração do patrimônio, principalmente quando se trata da gestão de risco. Nesse caso, o Acórdão supracitado, trata de analisar o âmbito da gestão de risco dos acervos da esfera federal. Dessa forma, como escrito pelo relator, salienta-se que:

...Nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, com o apoio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) , o Ministério da Educação adote as medidas cabíveis com vistas à efetiva elaboração do plano de ação para a implementação de mecanismos de supervisão, coordenação e orientação dos Museus sob a responsabilidade das universidades federais, atentando, especialmente, para a segurança dos prédios e dos acervos dos Museus, aí incluídos os incentivos ao cumprimento das orientações expedidas pelo Ibram (item III.1 do relatório de levantamento) , em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 1).

Vemos portanto, que deve existir em conjunto ações que auxiliem na administração dos prédios e acervos das instituições, havendo assim um levantamento para que seja abordado medidas necessárias no cumprimento da salvaguarda patrimonial que é de

responsabilidade da instituição que as possuir, no caso as Universidades junto ao Ministério da Educação. Essas instituições devem implementar meios que supervisionam o patrimônio atendendo todos os campos administrativos legais exigidos. Mais a frente o relator continua:

9.2.2. identifiquem, durante a etapa da liquidação de despesas nos respectivos Museus vinculados, os objetos de custos de acordo com a unidade administrativa responsável, utilizando o conceito de

unidade gestora responsável (UGR) ou a identificação de despesas do Museu pelo plano interno (PI) , com o intuito de apurar efetivamente os dispêndios efetuados em cada Museu (item VI.1 do relatório de levantamento) ; atentando para a necessidade de promover a efetiva superação das deficiências gerenciais detectadas sobre todo o sistema de governança dos Museus, já que as falhas apontadas nos autos tendem a resultar em potencial danos ao erário, e, especialmente, para a correção dos seguintes indícios de irregularidade (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 1).

A partir deste momento, o texto continua apontando diversas irregularidades percebidas pelo levantamento como:

(a) os Museus federais não funcionariam em sistema coordenado e planejado, resultando em discrepâncias nas condições de funcionamento a depender da vinculação orgânica do Museu, e apenas 26,7% dos Museus universitários contariam com o ato formal de criação, ao passo que, para todo o universo populacional dos Museus, esse nível seria de 19,4%;

(b) 46,7% dos Museus analisados não possuiriam o respectivo regimento interno e 17,8% deles não estariam sequer inseridos no organograma da instituição mantenedora, salientando que, no caso dos Museus universitários, o percentual de Museus não inseridos no organograma seria de 28,9%, ao passo que os Museus do Ibram estariam todos inseridos no correspondente organograma (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 1 - 2).

O texto continua apontando mais pontos das discrepâncias quando feito o comparativo entre os Museus universitários e os registrados no IBRAM com as seguintes porcentagens:

...(c) 100% dos Museus vinculados ao Ibram contariam com o "Plano Museológico", ao passo que apenas 26,7% dos Museus universitários possuiriam esse plano;

4. 82,6% dos Museus vinculados ao Ibram contariam com a proteção da reserva técnica, ao

passo que apenas 29,7% dos Museus universitários e 52,6% dos demais Museus possuiriam a referida proteção; 5. todos os Museus do Ibram elaborariam o seu próprio planejamento orçamentário, encaminhando-o à instituição mantenedora, ao passo que apenas 37,8% dos Museus vinculados a universidades e 19,2% dos Museus vinculados a outras instituições realizaram esse procedimento; apenas 2,2% dos Museus universitários teriam o devido plano de segurança e/ou emergência, ao passo que 37% para os Museus vinculados ao Ibram contariam com esse plano (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 2).

Vemos com o decorrer do texto, ainda mais pontos que mostram a falta administrativa nessas instituições relacionados aos temas já salientados neste trabalho, mostrando a necessidade da mudança orçamentária, protocolar e gerencial muitas vezes e de uma estruturação maior para os Museus universitários. O texto também continua mais a frente abordando:

...(r) os sistemas destinados ao controle de bens musealizados seriam deficientes e desprovidos da adequada base de dados para recepcionar e integrar o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, além de os Museus não utilizarem o Cadastro Brasileiro de Bens Musealizados Desaparecidos; e
(s) a gestão orçamentária dos Museus enfrentaria diversas deficiências e limitações, já que: (i) não ocorreria a padronização sobre a execução dos dispêndios propriamente ditos, até porque, como regra, os Museus não possuiriam a unidade gestora própria, utilizando-se sempre da unidade gestora inerente à instituição mantenedora; (ii) os créditos orçamentários autorizados na LOA-2018 corresponderam a aproximadamente 41% do orçamento previsto no plano de ação dos Museus sob a responsabilidade do Ibram; e (iii) a ausência de individualização dos dispêndios incorridos no âmbito dos Museus resultaria na situação de "invisibilidade orçamentária" (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 3).

O texto também delibera algumas medidas que devem ser tomadas pelo IBRAM, para que haja a devida cobertura sobre qualquer falha da gestão patrimonial, existente nas demais instituições federais, podendo assim se criar com efetividade, ações que melhorem tal aspecto:

9.3. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que, em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial, o Instituto Brasileiro de Museus adote as seguintes medidas:

1. constitua o devido grupo de trabalho, sob a sua coordenação, com os representantes dos ministérios possuidores de Museus em sua estrutura, para realizar os estudos a fim de identificar os Museus sujeitos a riscos mais acentuados, ante a sua importância histórica e nacional, além de avaliar e definir os equipamentos e os requisitos mínimos de segurança para a preservação predial e dos acervos dos Museus federais (item V.1 do relatório de levantamento);
2. promova os devidos estudos para a formalização de parceria junto à Secretaria Especial da Cultura, entre outros órgãos e entidades pertinentes, aí incluídas as instituições federais ligadas à área de tecnologia da informação, com vistas à implementação de sistema destinado à realização de Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, nos termos do art. 2º, § 1º, da Resolução Normativa 1, de 2014 (item V.3.2 do relatório de levantamento); e promova os devidos estudos para identificar as possíveis soluções no sentido de os Museus alimentarem, tempestivamente, a base de dados do Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos, utilizando-se, como exemplo, da divulgação do referido registro digital por meio da elaboração e distribuição de cartilhas sobre a importância desse sistema (item V.3.3 do relatório de levantamento) (BRASIL, TCU, Acórdão 1243/2019, p. 3).

O texto continua abordando diversas medidas para melhoria da gestão de risco sobre os acervos, abordando também fatores que devem ser avaliados, para melhoria e prevenção de situações como incêndios, manuseio errado de peças, defasagens/desaparecimentos de objetos, não catalogação ou não registro de peças e até mesmo registros dos próprios Museus no banco de dados, como será exemplificado no próximo capítulo.

Fatores esses apontados, que quando negligenciados tiram a cobertura de possível melhorias gerenciais, assim o Acórdão atua dentro da legislação de maneira satisfatória e eficiente na situação dos Museus universitários, além de incentivar os Museus, caso sua aplicabilidade ocorra, em melhorar seus aspectos estruturais para representação da seriedade científica e cultural que deve ocorrer no país dentro das instituições federais, para que as mesmas se ponham em pé de igualdade com instituições registradas pelo IBRAM que possuem diretrizes satisfatórias, para devida salvaguarda

do acervo. Mesmo que ainda possuam falhas na plena execução e recebimento de fomentos.

Mais uma vez, salientando que patrimônio de C&T são de valor inestimável e que existe dentro de toda instituição federal universitária, portanto, deve ser conservado adequadamente seguindo normas e diretrizes que estejam de acordo com todo o plano citado, corrigindo todas as falhas apontadas pelo levantamento, assim no próximo capítulo se dará a análise de alguns aspectos da gestão dos Museus universitários em Pernambuco, inclusive a análise quantitativa em questão de registros e cadastros de Museus.

4. CAPÍTULO 3 - Levantamento sobre Museus universitários no estado de PE e alguns aspectos de sua gestão.

4.1 Instituições federais listadas

A partir do que foi descrito, traçando a trajetória dos Museus, mostrando com isso a importância do patrimônio de C&T, como também a importância das instituições museais e seu mantimento em ambientes universitários, além de abordar e direcionar a ajuda de políticas públicas ligadas à gestão de Museus principalmente no ambiente universitário, podemos ter uma noção de quais caminhos e estratégias poderiam ser montados para que a realidade dos Museus nesse cenário atual venha a progredir.

Iremos, neste terceiro capítulo, abordar como estudo de caso, a partir do projeto de pesquisa que deu origem a este TCC, uma análise quantitativa e qualitativa dos Museus universitários, no ano de 2021, tendo algumas atualizações subsequentes, no intuito de avaliar quantas instituições estão registradas, além de apresentar seus aspectos

estruturantes, abordando assim também a realidade dos Museus universitários do estado de PE.

Dessa maneira, foram salientadas as atuais situações que a falta de fomento proporciona para essas instituições. Desta maneira, o trabalho visa montar uma discussão sobre processos de gestão desses espaços no intuito do fortalecimento institucional, tendo em vista que muitas coleções em universidades, são negligenciados por questões da falta do aparato institucional e aplicação legal para salvaguarda adequada do patrimônio cultural, científico e tecnológico encontrado dentro das instituições universitárias.

Apontando de maneira mais direta, será apresentada a lista dos Museus levantados no estado; esses Museus, preservam o patrimônio cultural e científico, sendo atuantes na pesquisa e extensão, tendo o envolvimento dos pesquisadores e estudantes nas suas determinadas áreas, sendo os principais meios de educação e disseminação do saber, inclusive para escolas e pessoas de fora da instituição universitária. Assim, o trabalho buscou analisar esses Museus, listados e catalogados e até definidos dessa maneira. Os Museus em questão foram:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE (Recife e Centro Acadêmico de Vitória – CAV):

- Acervo da Faculdade de Direito do Recife
- Museu da História da Topografia e Engenharia Cartográfica da UFPE
- Memorial Denis Bernardes
- Museu de Ciências Nucleares
- Museu de Oceanografia Prof. Petrônio Alves
- Coelho Centro Cultural Benfica
- Memorial da Medicina de Pernambuco Museu de Minerais e Rochas
- Museu de Patologia Memorial da Enfermagem
- Museu de Anatomia e Evolução Animal – Centro Acadêmico de Vitória (CAV) Museu de Zoologia

Imagem 12: Centro Cultural Benfica



Fonte/Foto: Site da UFPE

Centro Cultural Benfica

Essa instituição, situada no bairro do Benfica, está ligada à UFPE, sendo originalmente um prédio da aristocracia do século XIX adquirido pela universidade no final do século XX. É hoje um espaço museal voltado para elaboração de projetos culturais e divulgação de expressões artísticas, culturais e científicas, com intuito da preservação patrimonial e produção de arte, inclusive de arte local.

No seu espaço interno o Centro abriga locais diversos para produção das atividades como:

- Salas de exposição
- Auditórios para palestras e apresentações
- Espaços ao ar livre para eventos culturais e artísticos
- Ambientes dedicados à memória e à preservação do patrimônio histórico da UFPE

Imagem 13: Museu de Minerais e Rochas



Fonte/Foto: Site da UFPE

Museu de Minerais e Rochas

O Museu de Minerais e Rochas foi fundado de maneira mais formal e estrutural no ano de 1973 como parte das iniciativas da UFPE para promover a pesquisa e o ensino nas áreas de **Geologia, Ciências Naturais e Geociências**. Com o crescimento dos cursos de geologia e a expansão das pesquisas científicas nessas áreas, a universidade percebeu a necessidade de criar um espaço especializado para armazenamento e a devida exibição de amostras de minerais e rochas coletadas em expedições de campo. Também é o espaço para divulgação científica com projetos de extensão e atividades acadêmicas diversas.

O Museu nasceu, portanto, de uma demanda por uma estrutura que pudesse organizar e catalogar essas amostras, ao mesmo tempo que servisse de laboratório para os estudantes de geologia, geografia e áreas afins. O acervo, que fica em um espaço expográfico, é composto por 5000 amostras geológicas que possui desde 1950, além de fósseis de diversos tipos também possui rochas ígneas, metamórficas e sedimentares e minerais preciosos e fica alocado no departamento de Geociências da UFPE, ou Centro de Tecnologia e geociências (CTG).

Imagem 14: Faculdade de Direito do



Fonte/Foto: Site da UFPE

Acervo da Faculdade de Direito do Recife

O Acervo da Faculdade de Direito do Recife (FDR), é multifacetado e possui relevância na história acadêmica do Brasil, tendo em vista sua fundação no século XIX em 1827. Seria assim, portanto, a segunda faculdade de direito mais antiga do país, possuindo dessa maneira um vasto acervo bibliográfico, tendo Códigos e legislações históricas, livros antigos raros, periódicos, revistas de ciência além das produções acadêmicas como teses e dissertações, além de também possui um acervo de obras de arte como quadros, bustos, esculturas, inclusive tendo o busto de um dos grandes e famosos nomes do direito que seria o Tobias Barreto que foi docente na Faculdade.

A estrutura da faculdade que foi fundada em 1912 possui ambientes em seu espaço interno que compõe a estrutura museal do espaço como:

- Salão Nobre
- Auditórios
- Salas de Aula
- Tribunal de Júri Simulado
- Galerias e Corredores

- Biblioteca
- Espaços de Convivência

Imagem 15: Memorial da Medicina de Pernambuco



Fonte/Foto: Site da UFPE

Memorial da Medicina de Pernambuco

O memorial que foi inaugurado no fim do século XX, em 1997, foi um espaço criado para conservar e divulgar a história da medicina no estado de Pernambuco e no Brasil, sabendo que a Faculdade de Medicina do Recife é uma das mais antigas, assim como a FDR, sendo criada em 1823, também a segunda a ser fundada tal qual a de Direito, no caso a Faculdade de Medicina do Recife veio logo após a de Salvador que foi fundada em 1808.

A instituição do memorial possui um acervo rico ligado a história da medicina em Pernambuco com livros e documentos históricos, instrumentos medicinais antigos, fotografias e objetos pessoais de médicos importantes, o que inclusive ajuda a mostrar a gradatividade da medicina e do cotidiano do médico, com o passar dos anos.

O espaço interno do memorial é composto por ambientes com diversas finalidades, assim como o prédio da FDR, o memorial também está alocado em uma estrutura do século XIX, os espaços internos são compostos por:

- Salões de exposição
- Salão Nobre
- Biblioteca histórica
- Auditórios
- Salas temáticas
- Galeria de Retratos
- Corredores e escadarias

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE (Recife e Unidade de Serra Talhada)

- Memorial da UFRPE
- Museu de Anatomia Comparada
- Museu Didático de Minerais e Rochas – MDMR
- Museu de Malacologia Professora Rosa de Lima Silva
- Melo Museu de Oceanografia – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF (Petrolina)

- Espaço de Arte, Ciência e Cultura – EACC
- Museu de Fauna da Caatinga do Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga – Cemafauna
- Museu da Diversidade (Museu virtual)

Imagem 16: CEMAFAUNA



Fonte: Blog do Banana/Ricardo Banana

Museu de Fauna da Caatinga do Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga – CEMAFAUNA

O Cemafauna Caatinga, teve sua criação no ano de 2008, como parte do projeto ara conservação ligado à Universidade Federal do Vale do São Francisco(Univasf), localizado na cidade de Petrolina em Pernambuco, o Museu é um local de conservação e estudo de espécies do bioma exclusivo do Brasil, a Caatinga. Tem, portanto, diversas amostras biológicas ligadas a estes estudos para auxílio à preservação, além de ser um mecanismo de divulgação sobre a fauna da Caatinga para o público de maneira geral.

Com uma estrutura moderna, existe no intuito da instituição a abrangência de receber público de todas as idades, seu espaço interno é composto por:

- Exposições Permanentes (com diversas espécies de animais do bioma que passaram pelo processo de Taxidermia)
- Área de Pesquisa e Educação

- Exposições interativas
- Laboratório de Taxidermia
- Trilhas e áreas externas
- Resgate e reabilitação de Fauna

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO – UFAPE (GARANHUNS)

- Museu Casa – UFAPE
- **Universidade de Pernambuco – UPE (Recife e Serra Talhada)**
- Memorial da UPE
- Centro de Estudo da UPE (Serra Talhada)
- **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP (Recife)**
- Museu de Arqueologia da Unicap

Imagem 17: Museu de Arqueologia da Unicap



fonte: Portal UNICAP

Museu de Arqueologia da Unicap

O Museu de Arqueologia da Unicap, que foi inaugurado em 2013, possui um vasto acervo com coleções etnográficas, arqueológicas, biológicas e paleontológicas, sendo seu principal objetivo divulgar cientificamente descobertas e conhecimento sobre os vestígios das antigas populações que habitavam na região, sendo em maior parte da região do Brejo da Madre de Deus onde ocorreu estudos arqueológicos e paleontológicos que resultaram nessa construção de acervo rico e variado.

O Museu possui em sua estrutura interna, áreas variadas para as diversas atividades do Museu, seriam elas:

- Salão de exposições permanentes
- Exposições temporárias
- Área de pesquisa e para Educação
- Biblioteca e Arquivo
- Espaço interativo
- Laboratório de Arqueologia

Para o trabalho, foram selecionados apenas alguns espaços para ter suas estruturas e históricos exemplificados, tendo em vista a grande quantidade de instituições que existem. Porém, com isso, já se deve evidenciar de maneira bastante fundamentada, como descrito de maneira exaustiva, um melhor olhar sobre essas instituições dado o grau de complexidade desses locais, com diversos setores e estruturas que por vezes apresentam carências na gestão, para que ocorra o “ciclo da musealidade” de maneira plena. Também vale ressaltar a falta existente não apenas no setor financeiro, como no setor de recursos humanos, no caso faltando profissionais suficientes para atender as demandas, além de existir uma falta de incentivo, ou seja, existindo uma inviabilização das instituições que abrigam coleções importantes.

Através desses Museus levantados, percebemos a quantidade de acervo existente e de instituições que precisam ser contempladas através do fomento, o que se torna problemático quando se trata de distribuição igualitária de verba, mas tendo o aparato legal e sendo bem administrado, seria possível conseguir recursos que ajudem na estruturação dessas instituições, que as vezes podem ser bem abrigadas, mas que no funcionamento interno, possuem certas defasagens, como por exemplo o Museu da Unicap, que possui uma área extensa, bastante acervo e profissionais da área de história, biologia, Museologia, mas que ainda sim, não possui muitos dos recursos necessários, tendo que por vezes procurar alternativas mais baratas para certos tratos com o acervo, isso se nota em diversas instituições inclusive fora do ambiente acadêmico, existindo uma distinção clara entre o “mundo ideal e o mundo real” no trato da exposição e conservação.

4.2 Dados sobre os levantamentos e gestão

A partir dessa parte do trabalho, foi posto informações coletadas a partir dos relatórios do projeto de pesquisa, orientado pelo professor Bruno Melo de Araújo, que foi utilizado como base que deu origem a esse TCC. Dessa maneira, pode ser visto instituições que foram, através de metodologias museológicas, analisados em suas formas de gestão, no caso das instituições identificadas como Museus universitários existentes em Pernambuco. Acreditamos que este tipo de pesquisa possibilita não apenas o desenvolvimento do conhecimento científico, mas também uma elaboração do desenvolvimento de metodologias de gestão de acervos museológicos.

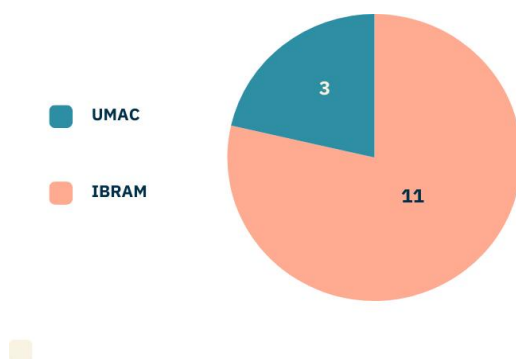
Podemos entender a partir desse estudo, que Museus universitários surgem de uma necessidade de haver um espaço graças ao acúmulo de acervo C&T. Portanto, é impreterível um sistema de gestão funcional que siga padrões do que já foi determinado, adequado e que siga preceitos de definição segundo o próprio IBRAM, junto à Lei, entendendo que com o devido registro dessas instituições, ficamos

cientes do quantitativo dos espaços que são intitulados museus, enquanto com o cadastro, pode existir o devido monitoramento e averiguação no trato administrativo dessas instituições.

Vale ressaltar, que os dados aqui apresentados foram baseados em relatórios do PIBIC “**A GESTÃO DOS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS EM PERNAMBUCO: Fundamentos e estratégias**” que veio sendo atualizado com o decorrer dos anos, com outras etapas de pesquisas, sendo assim alguns dados podem variar em relação ao quantitativo real, mas que ainda trazem a carga de demonstração necessária para ilustrar as condições de gestão atuais dos Museus universitários.

Na época do relatório, foram registrados apenas 11 Museus universitários pelo IBRAM e 3 pela UMAC (University Museums and Collections), quando foi realizado o levantamento dos dados e mesmo tendo atualização no layout do painel, <https://cadastro.Museus.gov.br/painel-analitico/> não houve mudanças na contagem, isso nos apresenta uma inconsistência em relação à realidade do quantitativo de Museus existentes, em relação aos registrados e aos cadastrados, revelando a falta de registro e cadastro por parte das instituições que mesmo com mudanças na estrutura do site e possíveis novos levantamentos, ainda sim se encontra defasado, como pode ser observado através do gráfico:

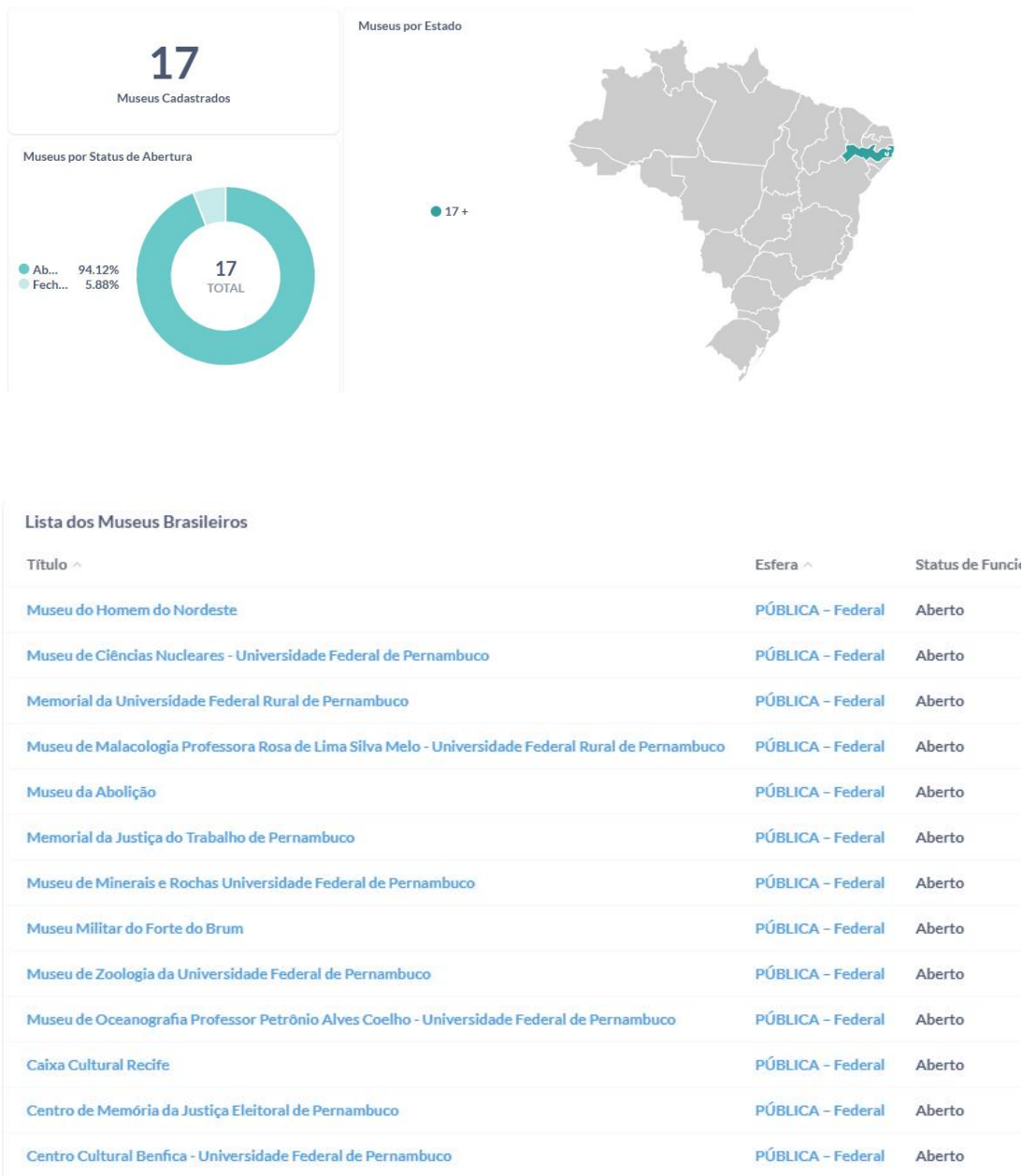
Imagem 18: Gráfico 1 – Registros 1:



Registro:

Fazendo uma breve análise com o painel analítico atualizado, podemos fazer o levantamento por campos diversos para essa análise quantitativa. Limitando para o recorte dos Museus universitários de nível federal, encontramos 17 registrados e cadastrados como universitários, sendo apenas 10 Museus federais.

Imagem 19: Gráfico 2 – Painel Analítico1:

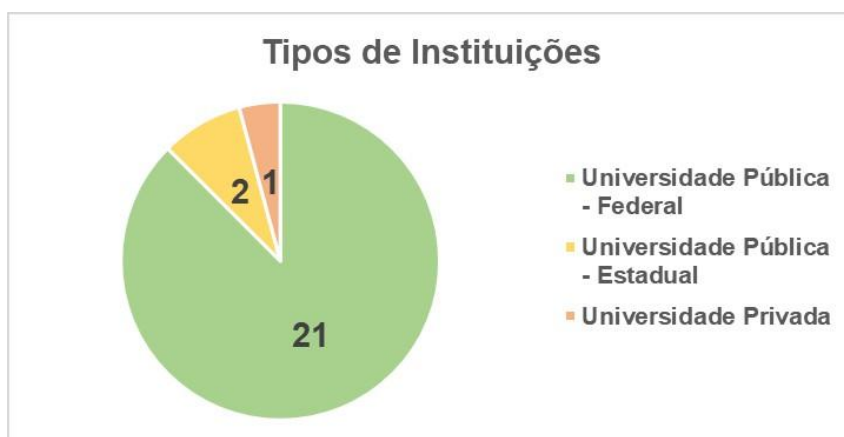


Museu de Oceanografia da Unidade Acadêmica de Serra Talhada - Universidade Federal Rural de Pernambuco	PÚBLICA - Federal	Fechado
Engenho Massangana	PÚBLICA - Federal	Aberto
Museu de Solos de Pernambuco Professor Mateus Rosas Ribeiro - MUSSPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	PÚBLICA - Federal	Aberto
Herbário Professor Vasconcelos Sobrinho - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	PÚBLICA - Federal	Aberto

Através dessa análise quantitativa, se identifica uma falha das instituições, até para que haja a devida distribuição de verba e análise correta com destinação efetiva, também para que exista uma classificação correta de qual instituição se encaixa ou não na classificação de Museu e como isso pode, ou não, afetar todo o material recolhido nesses lugares. Com acervo de importância relevante, deve haver a busca da instituição em ser registrada como Museu e cadastrada, para que exista dessa maneira um trato administrativo e para que questões básicas como reunião documental, estruturação, compra de materiais de conservação, profissionais qualificados e coisas afins, sejam encarados como algo viável para manter o material de C&T em condições de acondicionamento correto, para perpetuação do material ou até para seu descarte ideal.

O levantamento mostra que dentre as instituições federais, estaduais e privadas foram registradas 24 instituições como demonstra o gráfico:

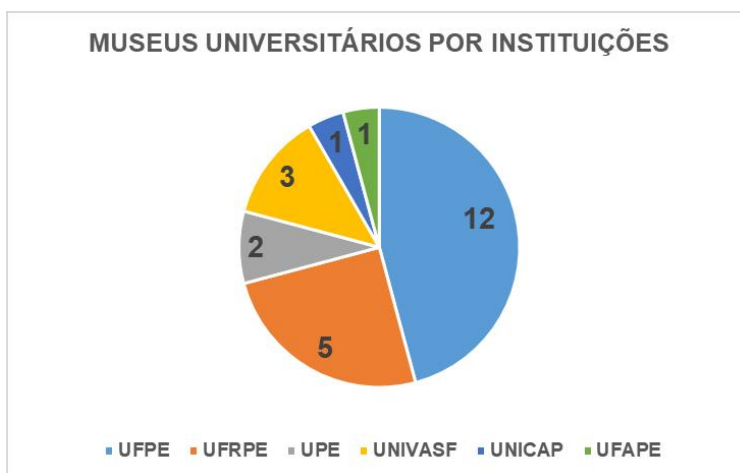
Imagem 20: Gráfico 2 – Registros de Tipos de Instituições:



Vemos a partir disso, a necessidade da implantação do que fora definido no Acórdão para melhoria estrutural das instituições, tendo em vista que a maioria das instituições são do campo federal, deve existir um olhar mais apurado para isso. Acervos científicos, por muitas vezes, precisam de cuidados específicos e bem estruturados, para se manter e até mesmo se no caso apresentar uma ameaça para quem tem contato direto com eles. Vale ressaltar, que algumas dessas instituições tratam com materiais biológicos e às vezes com resíduos que podem, ou não, apresentar algum grau de radiação ou algo danoso à saúde do profissional que trata diretamente com os objetos do acervo.

A distribuição das instituições se dá de acordo com o gráfico a seguir:

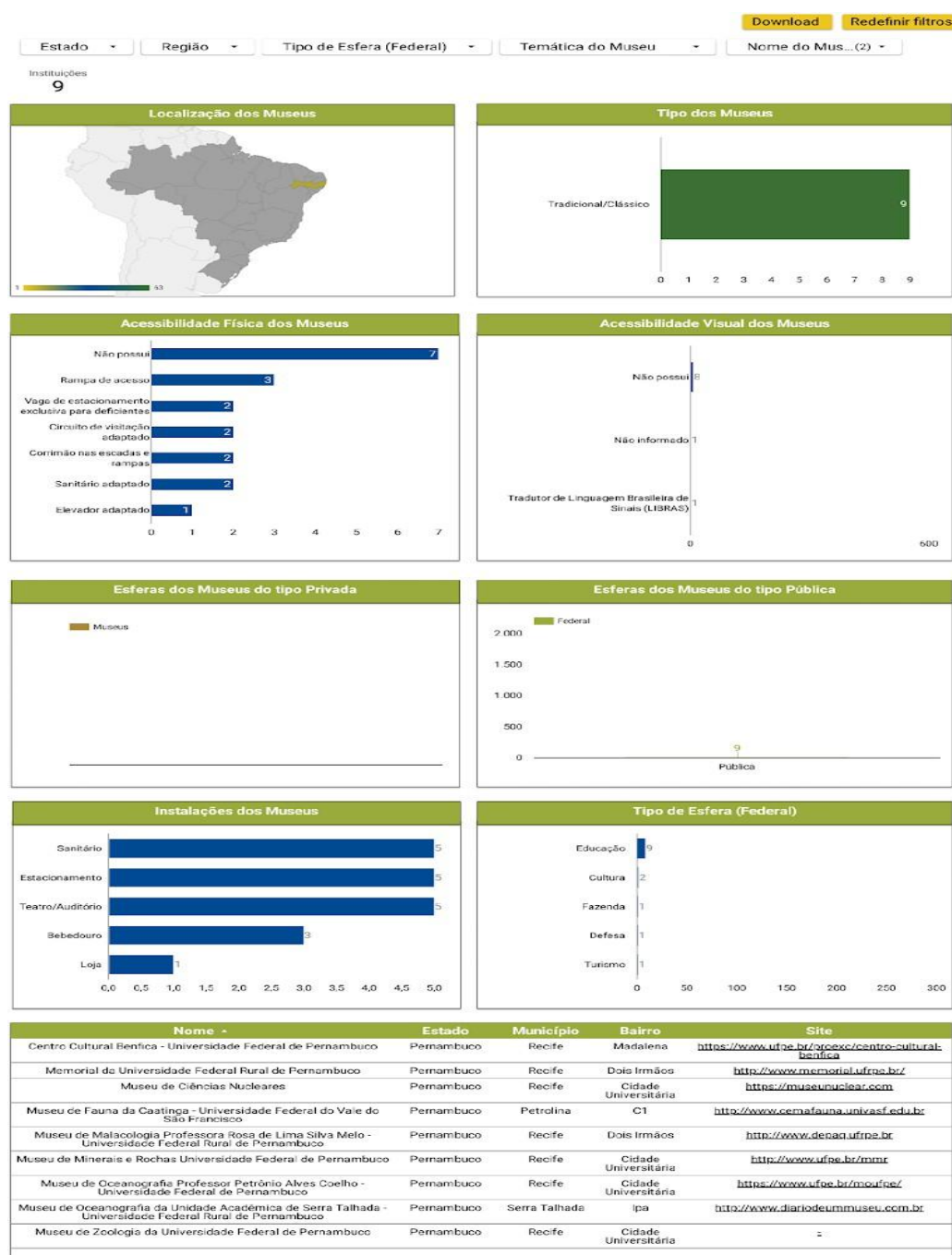
Imagem 21: Museus universitários por instituições (registro 3):



Dentre os 24 Museus universitários citados, apenas 9 possuíam o cadastro dos dados brutos para averiguação no cadastro de Museus no registro antigo, vale ressaltar a importância de possuir o cadastro, para além do registro, pois dados de levantamentos, averiguações e até mesmo pedidos de fomentos, podem surgir a partir do monitoramento ideal mediante o cadastro. O Portal utilizado foi o <https://cadastro.Museus.gov.br/painel-analitico/>. Através dele, podemos

perceber alguns dados relacionados a gestão de um espaço museal, seja ele no âmbito universitário ou não, mas, como o enfoque da pesquisa se dá aos Museus universitários, os dados mostrados são das nove instituições cadastradas e através desses dados, podemos observar o baixo índice de acessibilidade, por exemplo, mostrando a defasagem nessa parte da gestão. Sendo assim, os resultados obtidos através do painel analítico foram:

Imagem 22: Gráfico 4 – Museus universitários painel analítico (*Layout antigo*):



A partir do que foi visto no painel analítico antigo, entendemos que também existe uma falta ou simplesmente uma impossibilidade quando o caso é o não investimento em adaptar ou melhorar as experiências com PCDs que visitam os espaços, como também, com o trato com o público em geral, quando vemos o baixo índice de auditórios e também de lojas, que por vezes são um dos pontos importantes para identidade visual da instituição e divulgação da mesma, não visando lucro, mas sim, uma constância e uma lembrança, o que ajuda no trato e ligação com o público, lembrando através do processo já descrito anteriormente que o Museu trata dessa relação do indivíduo com a musealização que ocorre na instituição.

Na primeira parte da pesquisa utilizada como base para esse TCC, foram elaboradas fichas pela aluna de Museologia, na época, Amanda Ataíde Cardoso Paixão, hoje já graduada, que as produziu para obter mais detalhes sobre as instituições, assim evidenciando pontos importantes sobre a gestão desses espaços. A ficha usada seguiu o modelo da ficha de registro dos Museus universitários do MAST:

Corpo dos componentes:

- Designação do Museu;
- Área de conhecimento do Museu;
- Numeração do formulário;
- Informações (endereço, contato, unidade de tutela);
- Infraestrutura (estrutura física, recursos humanos, recursos financeiros, acessibilidade, segurança, climatização, entre outros);
- Registros (UMAC, IBRAM, Rede de Museus);
- Nota histórica;
- Atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Acervo (descrição, ações de documentação e conservação);

Imagem 23: Ficha 1: Parte da ficha1:

FICHA DE REGISTRO DO MUSEU UNIVERSITÁRIO

Designação do museu	Museu de Anatomia e Evolução Animal
Área de conhecimento do museu	Ciências naturais e anatomia
Numeração do formulário	02

INFORMAÇÕES

Universidade	Universidade Federal de Pernambuco
Unidade de tutela direta	Campus – Centro Acadêmico de Vitória
Enquadramento institucional e legal	Universidade federal pública, Pró-Reitoria de Extensão
Localização	UFPE – CAV: Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, 55608-680
Contatos do museu	Email: peixoto.cav@gmail.com Telefone: (81) 9.9245-9274
Website/Rede social virtual	Não possuem
Responsável	Carolina Peixoto Magalhães
Designação do responsável	Professora Associado I de Anatomia do Centro Acadêmico de Vitória (campus da UFPE)

Imagem 24: Ficha 2: Parte da ficha2:

	A exposição acontece 1 vez no ano, reunindo os objetos no auditório do CAV, a estrutura conta com os aparatos estruturais da Universidade, incluindo sanitários e segurança.
Infraestrutura	Detalhar a infraestrutura do museu: - recursos humanos: funcionários – 4: Carolina Peixoto, Andre Puky, Rosane Galvão, Ewerton Fylype de Araújo Silva. Os recursos financeiros e materiais disponibilizados para o Museu são solicitados diretamente à editais e doações. - acessibilidade (X) Sim () Não (ex.: Visitação guiada, rampas de acesso, auxílio de libras) - climatização (X) Sim () Não - segurança (X) Sim () Não (ex.: seguranças; equipamentos contra incêndio; câmeras de vigilância; etc.) - outros:
REGISTROS	

Imagem 25: Ficha 3: Parte da ficha 3:

Foto 1		Foto 2	
			
Apoio	Carolina Peixoto		
Observações			
Bibliografia			
Autor da Ficha	Amanda Paixão		
Data de preenchimento	21/03/2022		

Foram utilizados dados em artigos, editais, páginas institucionais e banco de dados. Essas informações constavam com a trajetória dos espaços, ano de abertura, atividades desenvolvidas, entre outros. De 24 Museus universitários, 16 possuem informações detalhadas, 8 espaços apresentam falta com dados superficiais, desatualizados e vagos, pelo menos até a produção dos relatórios da pesquisa usada como base desse TCC, podendo haver variações e discrepâncias com dados atuais.

Com este levantamento, observamos que a gestão dos Museus universitários passou por uma série de mecanismos, seja por falta de financiamento ou incentivo. As maneiras de contornar essas dificuldades acabam recorrendo a editais, bolsas sem remuneração e pesquisas. O contato com as pessoas responsáveis foi essencial para passar o ponto de vista da Museologia, na realização de atividades que podem melhorar a gestão como a conservação preventiva, documentação, pesquisa e comunicação.

Ficou observado que os Museus tentam se manter ativos, com incentivo de seus participantes que anseiam em manter a história científica e acadêmica, evidenciando assim um retorno para a Universidade. Inclusive com essa ideia surge em 2017 a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU), onde vemos uma movimentação para esse fomento em atividades, a partir do desenvolvimento da proposta de mobilização entre ações dentre diferentes profissionais, docentes, estudantes e pesquisadores que estão ligados a preservação, conservação e divulgação científica museológica universitária. Em janeiro de 2021, a Rede passou a ter o próprio site, nomeado de *Plataforma digital da rede brasileira de coleções e Museus universitários*, em forma de um repositório, no qual existe o cadastro livre em acesso para ser requerido. Assim, a Rede possui três objetivos:

Sem vínculos institucionais, sua organização é espontânea e colaborativa, articulada inicialmente por meio do sistema de e-mails *Google Groups*. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários possui três objetivos basais, sendo eles:

1. Estabelecimento de um campo de diálogos que sirva também como fórum de debates sobre o tema;
2. Criação de uma base de dados aberta que reúna informações sobre pessoas e instituições relacionadas às coleções e Museus universitários;
3. Diagnóstico e proposições de recomendações e de políticas públicas para o setor. (SILVA, Rev. CPC, São Paulo, n.27, p.300. 2019)

Com esses tipos de recursos para os Museus, pode haver mais possibilidades de aumentar a visibilidade, como também atrair investimentos para eles. Podemos, com isso, visualizar através de todos os dados postos, esforços de discentes e docentes e diversos outros agentes, a tentativa incansável pelo melhor ambiente para os acervos abrigados em Museus universitários e seu funcionamento institucional, que precisa cada vez mais de estruturas e consequentemente investimentos, para que tudo seja ordenado sem mais danos a gestão e conservação, havendo constante monitoramento e aparatos legais vigentes para assegurar sua ideal perpetuação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, a pesquisa sobre a realidade administrativa apresentada dos Museus universitários, em conjunto com o estudo das políticas públicas – especialmente a iniciativa da SecexEducação, que busca ativamente fomentar essas instituições museais – permite compreender que os Museus universitários resistem e se perpetuam a muito custo. Também entendemos que essas instituições se mantêm por conta de seu valor histórico e científico.

Além disso, foi possível compreender que muitas destas instituições funcionam com a presença de profissionais que zelam por elas, mesmo diante das faltas levantadas. A partir disso, deve existir a busca pelo registro e cadastro dos Museus nos bancos de dados adequados, para que haja uma facilitação no monitoramento das discrepâncias e a prevenção de riscos. Esses riscos incluem a falta de acessibilidade, falta de segurança, má gestão dos acervos.

Pôde-se compreender essas realidades ímpares através do levantamento, o que torna o assunto mais complexo e trabalhoso para ser tratado, existindo a possibilidade de pôr às vezes se tornar moroso. No entanto, também foi mostrado caminhos para gerenciar de maneira mais satisfatória o risco desses patrimônios de valor inestimável, podendo assim, ser consolidado mecanismos para que a preservação seja possível sem as falhas apontadas, sendo de responsabilidade geral que isso aconteça, mas, pontuando diretamente o IBRAM e as Universidades Federais que são os principais órgãos responsáveis para o mantimento dessas vistorias.

É possível assim, avaliar as melhores distribuições de fomento para as instituições de uma maneira mais assertiva, sem desviar ou mal distribuir a verba necessária para as funções administrativas, sendo dessa maneira, executadas corretamente através de um plano orçamentário. Vale ressaltar, que o trabalho buscou traçar uma linha histórica, demarcando o grau quantitativo de acervo encontrado nas

instituições, tendo em vista que esse foi apenas um recorte, dentre os vários tipos de instituições, inclusive não museais, ou seja que possuem acervo de C&T, mas que não possuem a finalidade de musealização dessas peças. É através dessas instituições não museais, que podem ocorrer diversas perdas, pois na natureza dessas outras instituições, não há um caráter protetivo, tendo em vista que o valor do objeto é apenas relacionado ao seu valor de uso e não seu contexto histórico, como exemplo dessas instituições temos, laboratórios, instituições científicas e tecnológicas ou instituições de ensino superior, como a própria Universidade, em suas diversas áreas.

Com isso, podemos entender que o trabalho não abarca todos os pontos necessários em ações protetivas para este tipo de acervo abordado, podendo também ter análises mais diversificadas e até mesmo mais amplas, criando condições para que haja novas investigações e pesquisas na área patrimonial, podendo com isso, inclusive, criar meios para que o descarte não seja um movimento banalizado, podendo assim ter perdas de objetos que seriam de grande valor para construção e manutenção da consciência histórico-científica do país, entendendo que não seja o acúmulo pelo acúmulo, mas a avaliação para que decidam, de maneira curatorial através de análises e informações dos objetos, quais peças possuem o valor atribuído historicamente, se tornando um objeto museal, para construção de um espaço de memória.

Se pode concluir que, com os devidos movimentos legais, os Museus como instituições de peso para construção de um país desenvolvido, pode conseguir pontos de apoio, para sua devida construção e seu devido mantimento. E o acervo de C&T, pode dessa forma ser melhor estudado, investigado, cuidado, acondicionado e que o desenvolvimento de artigos, teses, mestrados, doutorados e outras produções acadêmicas afins, ocorram em pró dessa fortificação.

Podemos dizer dessa maneira que a divulgação científica junto a força institucional, são fatores que podem ajudar no desenvolvimento

mais estruturado de um país, que por sua vez, passa de maneira constante por diversas manobras de desmontes, e *déficits* nas áreas científicas, sendo essa uma das principais razões para o país não se desenvolver de maneira plena. Assim, este trabalho busca ser um dos pontos levantados para se discutir, não sendo total ou completo, mas apontando dentro do possível, meios para melhor trato deste tipo de acervo e deste tipo de instituição universitária.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T: pesquisa, acervos e instituições. Recife: Editora UFPE, 2015.

ARAÚJO, Bruno Melo de. Entre objetos e instituições: Trajetória e constituição dos conjuntos de objetos de C&T das Engenharias em Pernambuco .2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2019. 352p. Orientador: Prof. Dr. Marcus Granato.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm >

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035. Brasília: Ibram, 2024. < <https://www.gov.br/Museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-Museus-pnsm-2025-a-2035.pdf> >

BRASIL. Lei nº 12.343, Plano Nacional de Cultura. Brasília: Planalto, de 2 de dezembro de 2010. < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm >

BRULON SOARES, Bruno. Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente. Museologia e Patrimônio, v. 10, n. 1, 2017.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. Museologia e patrimônio, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. IPEA -Planejamento e Políticas Públicas , n.21, p. 210-260, 2000. Disponível em:< <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158> > Acesso em: 10 Mar 2024.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 22, n. 2, p. 11-34, 2014.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta (Orgs). Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto. Rio de Janeiro. MAST, 2010. 382p.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. Revista Memória em Rede , Pelotas, v.2, n.4, p.85-104,dez.2010/mar.2011.Disponívelem:< <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/25/25>

HANDFAS, Ethel Rosenberg; GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. O patrimônio cultural universitário de ciência e tecnologia: os acervos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 9, n. 2, 2016.

RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia NO MUNDO CONTEMPORANEO. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.408-418, set./dez., 2013.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Atribuição de valor econômico a bens culturais, contabilidade pública e documentação em Museus: reflexões introdutórias. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais Eletrônico...* Marília - SP: Unesp, 2017. Disponível em: <
<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/624>
 > Acesso em: 7 fev. 2024.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. *Coletâneas. Volumes*, v. 1, 2007.

SCHEINER, Tereza. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. Simpósio Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe. ICOFOM LAM, Coro, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p. 133-143, 1999.

SILVA, Maurício Cândido da. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. *Revista CPC*, São Paulo, v. 27, p. 297-309, jan./jul. 2019.

TCU. Acórdão 1243/2019 – TCU – Plenário. Disponível em: <
<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/Ac%25C3%25B3r>
 >